



Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e quatro minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes, e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou o Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, por motivo de doença, conforme o documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Administração Geral, Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes.

#### **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito da Divisão de Planeamento Urbanístico, do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, no âmbito da Divisão de Educação, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, no âmbito da Divisão de Atividades Económicas e Serviços Urbanos, do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – A minha intervenção é acerca do que já teve até uma reação pública por parte da Câmara Municipal e naquilo que diz respeito à taxa da Proteção Civil, dentro daquilo que foi a decisão do Tribunal Constitucional e referente ao Município de Lisboa. É certo que em Setúbal não temos condições iguais àsquelas que se verificavam no Município de Lisboa. Isto está a ser estudado pelos técnicos, mas não deixarei de expressar uma questão relevante, considerando que o acórdão fixa a tal dicotomia daquilo que é uma taxa e é um imposto. No regulamento de taxas do Município de Setúbal temos efetivamente uma aplicação da taxa que começa na disposição no artigo 3.º, n.º 1, alínea b), e que se refere à aplicação da taxa às empresas com atividade industrial e comercial no concelho. Não sei se, porventura, já existe uma conclusão, ou não, daí também esta informação e esta pergunta. Uma vez que esta aplicação genérica a todos os comerciantes e a atividades industriais no concelho de Setúbal em si própria poderá tipificar aquilo que é uma generalidade, creio que pode não ser suficientemente clara para fugir à questão que é colocada pelo Tribunal Constitucional. Essa questão é fazer suportar uma taxa por quem efetivamente não tem um risco adicionado com a sua atividade porque a taxa da Proteção Civil, naturalmente, pressupõe a prestação do serviço. Esta prestação tem quase mesmo o princípio do utilizador/pagador. Nesse sentido, e sobre esta alínea especificamente, pergunto se já decorreu, ou não, algum estudo e se existe já alguma conclusão. Na minha visão isto é o que suscita mais dúvidas.

**Sra. Presidente** – A taxa implementada teve em conta exatamente aquilo que dizia sobre a proteção da indústria ou do comércio e que possa constituir um perigo de proteção civil. Não sei exatamente quais os moldes em que esta reclamação pode ser feita. Sei que já houve algumas declarações feitas no município e que o Tribunal nos deu razão. Portanto, estamos com serenidade a aguardar. Se houver mais alguma evolução seguirá à mesma para Tribunal, tal como seguiram as outras, sendo que tivemos a nosso favor a decisão do Tribunal. Em relação a Lisboa não conheço bem, ouvi as notícias por alto, não sei concretamente sobre este pedido de queixa ao Tribunal Constitucional. Não posso estar a dizer que em Lisboa foi de uma maneira e em Setúbal de outra. Não tenho elementos que me possam ajudar na definição do modelo de Setúbal e no de Lisboa, ou porque é que o Tribunal Constitucional disse assim a Lisboa, ou assim a Setúbal. Na próxima reunião talvez possa dizer mais sobre isto. Foi de manhã que tive esta notícia e não posso agora adiantar mais nada.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Faço um reparo, efetivamente em Lisboa é diferente porque a taxa era aplicada tal como se aplica o IMI, e isto para explicar de uma forma simples. É totalmente diferente em Setúbal. Estou a dizê-lo para ressaltar e não se criar uma expectativa incorreta.

**Sra. Presidente** – Sim, Lisboa tinha até a habitação com taxa de proteção civil e aqui não temos, só temos o comércio e a indústria. Se calhar por isso tivemos alguns despachos favoráveis em relação à SAPEC, ou à Lisnave. Não foram eles que puseram em Tribunal, mas em relação a este tipo de empresas que têm uma atividade com alguma perigosidade justifica-se, mas não temos essa taxa em relação à habitação, que paga IMI. Na próxima reunião posso dar uma resposta mais pormenorizada e mais estudada, ou faremos isso por escrito.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Leu a moção “Pela valorização da frente ribeirinha”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 8:

“CONSIDERANDO:

- A. *Que o concelho de Setúbal tem no Rio Sado e na Serra da Arrábida - que enquadram uma baía e um estuário internacionalmente reconhecido - as suas duas principais fontes de recursos naturais endógenos.*
- B. *Que tanto o Rio Sado como a Serra da Arrábida representam um fator de identificação e geram um sentimento de pertença natural nos cidadãos de Setúbal e Azeitão, contribuindo, dessa forma, para a geração de uma identidade e de uma cultura local fortemente identificada com estes dois símbolos naturais.*
- C. *Que do Rio Sado e da Serra da Arrábida dependem muitas atividades económicas e muitos empregos.*
- D. *Que uma estratégia integrada para o futuro do concelho de Setúbal não pode desconsiderar o papel dos seus recursos naturais e, nessa medida, tem de compreender uma visão ampla sobre a utilização do Rio Sado e da Serra da Arrábida.*
- E. *Que a frente ribeirinha de Setúbal (dita “beira-mar”) é um espaço privilegiado para construir uma relação mais próxima, saudável e reprodutiva com estes recursos naturais e, em particular, com o Rio Sado.*
- F. *Que esta frente ribeirinha é uma zona nobre da cidade de Setúbal, sede de serviços públicos, empresas privadas e comércio.*
- G. *Que, apesar disso, a frente ribeirinha apresenta-se desordenada, desorganizada e dividida na sua propriedade, produtividade e aproveitamento.*
- H. *Que é do interesse de todos, dos cidadãos às empresas e dos turistas aos residentes, promover um melhor aproveitamento da frente ribeirinha.*
- I. *Que os órgãos autárquicos do Município de Setúbal, em particular a Câmara Municipal de Setúbal, têm uma responsabilidade acrescida na construção de uma estratégia integrada para a frente ribeirinha.*
- J. *Que uma parte significativa do território está no domínio da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (doravante apenas APSS).*
- K. *Que dessa parte significativa de território, no domínio da APSS, há larga extensão de área sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva.*
- L. *Que a transferência dessa área do domínio da APSS para o domínio da Câmara Municipal de Setúbal serve o interesse público e perspetiva novas oportunidades de aproveitamento da frente ribeirinha, assentes numa visão integrada e sustentável do território.*
- M. *Que a transferência dominial subjetiva é legalmente admitida pelo Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de junho que, no n.º 3, do artigo 8.º, faz depender essa operação de uma resolução do Conselho de Ministros.*
- N. *Que uma operação de transferência dominial subjetiva foi já realizada neste quadro legal, com a transferência para o Município de Lisboa de áreas da frente ribeirinha de Lisboa anteriormente afetadas à Administração do Porto de Lisboa, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2009.*
- O. *Que na legislatura atual, é intenção pública e manifesta do Governo do Partido Socialista (PS), que conta com o suporte parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) - portanto, da CDU - proceder a uma maior descentralização de competências para as autarquias locais, na sequência da intenção política do Governo anterior que realizou inclusive projetos-piloto em várias autarquias.*

- P. Que, nesse sentido, o atual governo apresentou uma proposta de lei (Proposta de Lei n.º 62/XIII) que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.
- Q. Que na comunicação dessa proposta, o Governo assumiu que pretende dotar os municípios de novas competências no âmbito das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.
- R. Que essas novas competências implicam, entre outras: gerir áreas afetas à atividade de náutica de recreio; gerir áreas de portos de pesca secundários; gerir áreas sob jurisdição dos portos sem utilização portuária; gerir áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; e aumentar competências de licenciamento, gestão e fiscalização das áreas portuário-marítimas e urbanas não afetas à atividade portuária.
- S. Que, por outro lado, a atual maioria política da Câmara Municipal de Setúbal e, em particular, a sua Presidente, têm vindo a anunciar investimentos e projetos para uma área que não está sob sua jurisdição.
- T. Que é público e manifesto que os cidadãos querem uma frente ribeirinha melhor adaptada aos desafios da atualidade e mais ampla na oferta de atividades económicas ou de lazer.
- U. Que é missão da Câmara Municipal de Setúbal defender uma estratégia de desenvolvimento económico do concelho que implica uma visão integrada, sustentável e ordenada do território.
- V. Que se realizam e poderão realizar-se mais de eventos de grande empreendimento – que atraiam turismo nacional e internacional - na frente ribeirinha.
- W. Que o Município de Setúbal merece uma estratégia de investimento público municipal, cada vez mais responsável e transparente, assente em critérios de utilidade e interesse público e que, reconhecidamente, a frente ribeirinha merece e exige esse investimento.
- X. Que uma transferência do domínio destes terrenos exige um esforço de diálogo entre forças políticas que resulte numa posição da Câmara Municipal de Setúbal.
- Y. Que uma operação deste género e com esta dimensão exige um diálogo sério, transparente e leal entre o Município, o Governo e a APSS.
- Z. Que o Município de Setúbal está empenhado em contribuir para a construção desse diálogo e construir propostas equilibradas, sérias e responsáveis sobre a forma desta transferência da titularidade dos terrenos do Porto de Setúbal.
- A Câmara Municipal de Setúbal, reunida a 20 de dezembro de 2017, delibera:
1. Manifestar a sua posição favorável à transferência dominial subjetiva de áreas da frente ribeirinha sob jurisdição da APSS e que não são utilizadas para fins portuários para o domínio da Câmara Municipal de Setúbal, nos termos da lei.”

**Sr. Vice-Presidente** – Se isto não fosse uma reunião de câmara, mas uma aula de geometria, diria que estamos perante um conjunto vazio. Substancialmente, em termos de decisão política e de ação política é difícil comentar ou discutir isto, porque provavelmente todos estaremos de acordo com o conteúdo, ou com os considerandos. Tenho muita dificuldade em dizer que sim a esta moção, porque o Sr. Vereador chegou atrasado ao terreno, ao debate, e àquilo que está em curso e a ser feito. Se isto fosse até na reunião pública anterior, em que se discutiram normas excecionais da área de controlo territorial e que está em debate, tudo bem, mas assim parece que a câmara não está a tratar de todos estes assuntos, não está a tratar da estratégia de investimento público municipal para a zona ribeirinha. Que não está, de facto, a tomar as medidas excecionais de controlo da especulação para permitir fazer ali um plano de pormenor de gestão operacional. Isto é “chover no molhado”. O que Setúbal quer é o que temos estado a fazer e o que está em

curso. Mesmo que concorde com o teor dos considerandos tenho a maior dificuldade em passar a autoria desta decisão política ao Sr. Vereador Nuno Carvalho. Não posso dar-lhe a autoria da atividade e das intervenções que o município está a desenvolver para revelar e atrair investimento e para se conseguir ter o desenvolvimento que a zona ribeirinha merece, como aqui está. Não podemos abdicar da autoria. Não é bem pelo conteúdo ou que esteja em desacordo, mas cada um não se apropria daquilo que são as iniciativas e as atividades de outros. Recordo que ainda na última reunião aprovámos medidas excecionais. Não se apercebeu que é por estarmos a ordenar aquela zona tendo em conta todos os aproveitamentos daquela área? Não se apercebeu que, de facto, estamos a trabalhar com a APSS? Não foi já informado que há um grupo de trabalho em desenvolvimento? A Sra. Presidente informou várias vezes que está a tomar diligências no sentido de fazer a transferência da dominalidade. Então como é que vou aceitar que se descubra agora que essa é uma coisa necessária para o município fazer, como até agora se tem vindo a fazer e está em pleno desenvolvimento. Não é o discordar do conteúdo, é um discordar do processo de açambarcamento da decisão, e desculpe-me a expressão. A decisão é nossa, está no terreno e em curso. A moção é desnecessária.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Esta moção não é assim tão inócua quanto parece. Como disse, e bem, o Sr. Vice-Presidente, penso que vem na continuidade da apresentação da proposta que votámos aqui na última reunião de câmara, e que é muito importante em termos do futuro da cidade. Aquilo que votámos penso que até foi por unanimidade, portanto, todos concordámos que é uma proposta importantíssima no sentido de definir aquilo que nós, Câmara Municipal, pretendemos para a zona mais nobre da cidade, e na altura fiz alguns comentários à proposta. O Sr. Vice-Presidente esteve a presidir à reunião e também concordou comigo, que havendo a suspensão do PDM era importante entrar em vigor as medidas preventivas, e que se desse conhecimento público dos vários pareceres vinculativos que vão aparecendo para aquela zona. Sendo a zona mais nobre também é importante que as pessoas tenham conhecimento e participem um pouco na sua construção. Esta moção pode por isso ter mais conteúdo, mas a visão do Partido Socialista é de uma frente ribeirinha aberta às pessoas. Não queremos ter ali condomínios, nem guetos só para alguns. Queremos um espaço virado para as pessoas, um espaço público e queremos que nos sítios de propriedade privada seja potenciada a utilização destinada à atividade turística, de lazer e também comercial. Isto é a visão que temos para aquela zona e era importante que assim que houver os primeiros esboços dos dois planos de pormenor, que estão a ser efetuados, penso que um para a zona nascente e outro para a zona poente, fossem apresentados aos vereadores. Ou então numa reunião pública alargada sobre qual o caminho que os planos de pormenor estão a seguir. Penso que já deve haver, eventualmente, algumas diretrizes nesse sentido. Quanto à propriedade dos terrenos isso tem sido uma guerra antiga, penso que desde o tempo do Polis, e não foi uma batalha ganha pela câmara. Do que tenho conhecimento, os terrenos que eram do Polis para reverter para a câmara foram alvo de uma queixa em Tribunal e que opôs o Polis de Setúbal e a APSS. Se calhar a Sra. Presidente pode dar mais informação sobre essa matéria, mas a informação que tenho é que a decisão final foi de que iam reverter para a APSS e não para o município. Gostava de saber se isso aconteceu, e assim, e de quem são os terrenos afinal. Acerca da Setúbal Polis dava para se contar vários volumes, seguramente, daquilo que foi uma oportunidade perdida nalgumas matérias. Em relação à propriedade dos terrenos é fundamental que toda aquela área que não tem atividade portuária, e a legislação já o permite há muito tempo, que passe o mais rapidamente possível para a gestão da Câmara Municipal. Face aos projetos que vi serem apresentados em conjunto entre câmara e a APSS, penso que este vai ser o destino final deles.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – O Sr. Vice-Presidente, para uma moção que porventura poderá não representar nada, teve várias considerações. Entre elas disse que vai ao encontro daquilo que é o trabalho já feito e que é muito importante, apesar de não ser uma moção

importante e de não apresentar nada. O que tem vindo a ser discutido aqui e nas conversas entre o município e a APSS, são todas elas com o objetivo crucial que tem a ver com uma definição estratégica para esta área, mas, acima de tudo que essa mesma decisão estratégica caia, quer num futuro próximo, quer num futuro longínquo e distante, sempre na esfera da decisão do município. Como é evidente, um vereador do PSD, que é único e sem tempo ou pelouro, não capitaliza nada, antes pelo contrário, estou a reconhecer um trabalho que já fizeram. Ao mesmo tempo que se faz referência ao trabalho e ao cuidado que o município tem vindo a ter, acho estranho que não haja capacidade de perceber que este é um tema que nos une a todos. A única questão que esta moção acrescenta tem a ver, inclusivamente face à última reunião de câmara, com a transferência do domínio. É porque é importante reconhecer uma unanimidade entre todos os partidos? Posso relatar várias experiências daquilo que foi a campanha eleitoral, ou mesmo antes disso, e quando se anunciou um investimento importantíssimo no concelho e que teve a ver com a Sociedade Macau Legend. Passado uns meses fez manchete no jornal as divergências entre a APSS e o município, o que é a pior coisa que pode haver para qualquer investidor. Essa situação nunca teria ocorrido se essa fatia territorial estivesse onde devia estar, sob o domínio territorial municipal e seja qual for a força política que esteja a gerir. É essa a fatia de território que mais pode ser potenciada com aquilo que é o próprio desenvolvimento turístico a que o município está a assistir. Sobre o vereador do PSD já foi referido que teria de "comer muito pão" para conseguir ter mais vereadores. Reconheço efetivamente duas coisas, que o meu trabalho não é executivo, mas é de princípios. Por princípio estou a reconhecer o que já foi feito, e a salientar uma importância que não estava na proposta da última reunião e que não tinha de estar, e que tem a ver precisamente com a transferência do território. Se isso é algo que entre todos não conseguimos estar de acordo e temos de divergir, se quiser outras pessoas que subscrevam a moção, se quiser seja o primeiro subscritor da moção, ou se quer que altere alguma coisa, eu altero. Não acha que é importante que a determinada altura se assuma o compromisso? Ou então, diga-me quando foi isto assumido por todas as forças políticas na câmara? Diga-me qual foi o momento e que esse compromisso foi assumido e ser não é relevante um documento que o Sr. Vice-Presidente já disse, sobre a concertação com os partidos na Assembleia da República. Este tipo de questões passa também até pelo atual dispositivo legal. Se essa unanimidade não deve nascer aqui, então eu digo que sim. Numa moção supostamente inócua nem devíamos estar a discutir tanto. Podemos pura e simplesmente concordar. Não se pense que estou aqui, nem de perto, nem de longe, a tentar sequestrar qualquer tipo de trabalho que o executivo comunista já fez ou deixou de fazer. Não tem nada a ver com isso, absolutamente.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Queria em primeiro lugar dizer que acho que esta moção tem um conjunto de interessantes virtudes, logo não concordo com o Sr. Vice-Presidente. A primeira virtude que retiro é a capacidade de ter-se, por exemplo, utilizado todas as letras do abecedário para enumerar os pontos, e, portanto, queria dar os parabéns ao Sr. Vereador, que tem de A a Z, integrando inclusive o K e o Y para enumerar. Isto é de uma capacidade brutal pelo número de considerandos sobre a frente ribeirinha ser exatamente o número proporcional ao número de letras possível. Claro que não utilizaram nem o ómega nem o beta, mas de qualquer forma creio que esta é uma primeira questão. Gostava ainda de salientar que hoje, e como é época natalícia, vamos ter aqui um tempo de grande saudosismo. Deste unanimismo teremos episódios a seguir a esta moção, entre as propostas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista. Portanto, compreendemos esta natural satisfação com que o Sr. Vereador Paulo Lopes também se regozija com todo este conteúdo que vem na moção, mas queria ainda dar mais uma nota de louvor por o Sr. Vereador Nuno Carvalho ter a capacidade de ter feito esta súmula. Primeiro lembrar-nos que temos rio, depois de nos lembrar que temos serra, depois de nos lembrar que temos frente ribeirinha, e depois de nos lembrar que até temos um governo que é suportado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista. Lembrou-nos também que há um conjunto de terrenos que não têm utilização portuária e deu-nos ainda a possibilidade que nós desconhecíamos, e queria

agradecer por isso, até porque há aqui um conjunto de terrenos que ainda estão sob jurisdição da APSS. Só há uma questão que gostava que o Sr. Vereador nos tentasse clarificar com a objetividade que lhe é reconhecida. Se põe em causa que não existe qualquer tipo de esforço da parte da autarquia, na pessoa da sua presidente, relativamente às forças políticas, porque diz aqui que uma transferência do domínio destes terrenos exige um esforço de diálogo. A pergunta que faço é se acha que não tem existido esforço? Depois, se o município não tem sido empenhado? O Sr. Vereador pode assumir que o município não tem feito um esforço substantivo na responsabilidade da sua frente ribeirinha num diálogo estreito? No entanto, há uma coisa que estranhámos. Estas moções são sempre muito interessantes, porque, por vezes, quando se tenta argumentar e defende-las podemos correr o risco de nos contradizermos. Digo isto porque a oposição muitas vezes evoca que não se quer imiscuir naquilo que é a decisão executiva da Câmara Municipal, tal como quando perguntamos quais são as propostas. Isto tal como aconteceu relativamente ao orçamento, sendo que estou a generalizar, não estou a objetivar no PSD ou no PS. Relativamente a certas situações dizem que são oposição, então que façam as vossas propostas, mas noutras matérias até parece que estão aqui. O Sr. Vereador Nuno Carvalho pelos vistos tem um conhecimento aprofundado das conversas com a APSS. Pelo menos é isso o que deixa transparecer quando enuncia na sua última intervenção. Portanto, sabe que existe e que tem existido ao longo e até antes do último mandato, grupos de trabalho num diálogo estreito que foi possível por este executivo municipal para manter uma relação que tem permitido avanços extraordinários na relação da cidade com a sua frente ribeirinha. O Sr. Vereador Nuno Carvalho, que é um setubalense, assim como os Srs. Vereadores do Partido Socialista bem sabe das dificuldades de décadas nesta cidade que esteve de costas voltadas para a frente ribeirinha. Onde as responsabilidades executivas, quer do município, quer do governo central, não corresponderam minimamente às forças políticas que hoje governam o município. Estranhámos que o esforço extraordinário no estreitar de relações que têm vindo a ser tomadas da parte deste município na procura incessante de um conjunto de cenários que vão ao encontro daquilo que entendemos que é uma visão integrada. Nesta matéria não posso deixar de reforçar aquilo que o Sr. Vice-Presidente coloca, que o Sr. Vereador tem andado desatento, que não tem acompanhado um conjunto de discussões públicas que têm sido feitas na cidade sobre esta matéria da visão integrada. É fundamental que se tenha algum realismo quando se apresentam propostas. Falar de divergências entre APSS e a Câmara Municipal de Setúbal, quando a Sra. Presidente, inclusive nesta reunião de câmara teve oportunidade, à data, de esclarecer todo esse episódio, parece-me que é alguma desatenção sobre a situação. Posto isto queria dizer que não tenho condições, numa moção que parece à maneira de La Palisse, de ter qualquer tipo de concordância com aquilo que é esta narrativa, que apenas é saudosista e nada mais tem a acrescentar sobre aquilo que conhecemos.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Esta moção faz-me lembrar a “moção ponto zero”, porque é a moção que começa no zero e não há nada para acrescentar àquilo que foi aqui dito. Realmente é uma moção de embuste, porque se quiséssemos fazer uma moção a sério sobre este assunto devíamos ter, nas conclusões, perguntado aos governantes, nomeadamente àqueles que em 2011 receberam a proposta da câmara municipal para o processo da passagem dos terrenos. Porque é que não foi feito nada em relação a isto? A moção devia exigir o porquê de não ter sido tratado. Na forma escrita não nos apercebemos. Percebemos depois, quando o Sr. Vereador apresenta a moção, e percebemos porquê, porque diz que é preciso haver uma convergência entre os partidos para haver um consenso na frente ribeirinha. Então significa que os partidos que estão no governo têm propositadamente bloqueado esta questão na cidade, e pior, com intuitos partidários, pelos vistos. Não lhes interessa que isto passe para a Câmara Municipal. É isto é que deduzo das palavras e não da moção, que é zero. Se esta reivindicação e esta exigência não estiver numa moção destas, com o histórico que tem, não faz sentido estarmos a fazer uma moção quando já há uma série de anos o processo foi entregue aos dois governos que, entretanto, passaram, e sem uma conclusão positiva.



**Sr. Vice-Presidente** – Não disse isto há pouco, mas é uma questão que politicamente se percebe bem. Não podemos admitir isto de um representante do partido que esteve no governo anterior, que nunca deu sequência e que bloqueou todas as delegações de competências que havia nas praias, nomeadamente na gestão da orla costeira. Nunca permitiu que a câmara gerisse as praias e isto só aconteceu há pouco tempo. Vem agora, fora de tempo, e num período em que há um governo que tem os projetos de lei preparados e que se está a trabalhar para que aconteça esta delegação de competências. Nem o PCP, a CDU, ou o PS, podem admitir essa usurpação da autoria política. É por isto que esta moção não tem sentido, não permitiremos a usurpação da autoria de atos políticos.

**Sra. Presidente** – Sr. Vereador Paulo Lopes, agradeço a lembrança de que o Setúbal Polis foi uma oportunidade perdida, porque, de facto, foi o Partido Socialista que para ganhar as eleições no ano de 2000 pediu apressadamente ao governo para fazer um Polis para tentar não as perder. O governo da época deu os restos que tinha no ministério correspondente para ver se não perdiam as eleições, portanto, aquilo foi tão à pressa que quando entrámos fomos fazer aquilo que eram os restos. Se não fizéssemos aquilo que estava aprovado, pois havia dinheiro para coisas como a Avenida Luísa Todi, o Largo José Afonso ou o Parque Urbano de Albarquel, tínhamos ficado com zero. Dizia também essa portaria que para pagamento de um projeto que constava naquele plano de pormenor, teve de se o fazer para se concretizar o Polis. Havia uma série de requalificações que só podiam ser feitas se houvesse investimentos privados, ou se houvesse dinheiros públicos que viriam ao projeto Setúbal Polis, por via de expropriações de áreas em que a maior parte delas eram públicas. Até edifícios públicos e terrenos que eram da própria administração portuária. Se se conseguisse vender esses terrenos, com a concretização desse dinheiro podia-se ter feito uma série de projetos que estavam no tal plano. É evidente que veio a crise e os terrenos não foram vendidos, e não se concretizou o plano, porque não houve financiamento para tal e o projeto Setúbal Polis, que foi coordenado quer no governo quer na administração local pelo Partido Socialista, porque quer pelo primeiro presidente do conselho de administração, quer o segundo, que eram do Partido Socialista. Eram pessoas nomeadas pela própria CCDR e pelo governo, o que faz sentido. Não se chegou à conclusão e com a questão da crise e a queda do governo não houve venda. Agradeço que o Partido Socialista reconheça que, de facto, foram passos perdidos, não houve planeamento, programação e organização para um Polis devidamente estruturado e pensado por um governo local. Na altura devia-se ter pensado atempadamente, poderia ter-se posto a zona ribeirinha toda e o centro histórico todo, tal como fizeram outros municípios que atempadamente fizeram esta programação. Quando se fecharam as contas do Polis, o de Setúbal foi o primeiro de todos em Portugal. Quando se fecha e se acertam contas entre aquilo que ficou construído sob a gestão e administração da Câmara Municipal, e aquilo que ficou disponibilizado para coisa nenhuma. No segundo plano do Polis, fez-se este acerto de contas com pagamentos de terrenos e contas a acertar entre empreiteiros e a gestão de contas. Isso veio à Câmara e à Assembleia Municipal e fecharam-se as contas, pagando-se também com terrenos que na portaria deviam ter ficado para o projeto Setúbal Polis, mas que não concretizando essas obras voltaram à posse da APSS, como é o caso do silo. A administração da APSS era do PS e este partido fez uma queixa contra o Setúbal Polis, pois também se zangam todos. Portanto, a queixa não era exatamente contra a câmara, mas sim para se ficar com migalhas e para poderem dizer que tinham poder. Foi assim a gestão com a APSS, até à década passada. O processo tinha de seguir os seus trâmites, está tudo pago, arrumado e regularizado. Uma das regularizações era o terreno do silo ter voltado para a gestão da APSS. Mas é bom dizer que foi a partir da gestão do Partido Social Democrata que a relação com a Câmara Municipal mudou radicalmente. Faço uma justa homenagem à gestão do PSD liderada pelo Sr. Dr. Vítor Caldeirinha que fez uma gestão impecável com a câmara. A partir daí, mesmo mudando o governo e a administração, a relação com a APSS nunca mais foi a mesma, quer com o Sr. Dr. Vítor Caldeirinha, quer com a Sra. Dra. Lígia Sequeira, e, portanto, hoje a realidade entre a câmara e a APSS é outra. Foram criados grupos de trabalho, quer no mandato passado, quer neste, e as coisas



4

funcionam muito bem. É preciso que aqui fique dito isto. Quero dizer ao Sr. Vereador Nuno Carvalho que esta coisa é extemporânea, e que não pense que vamos aprovar isto para dar a ideia de que foi o PSD a dizer que é preciso consensualizar e fazer as coisas. Não porque já estamos a trabalhar nisto, e não porque o PSD fez desaparecer o processo que pedia a passagem dos terrenos para a câmara. O Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, várias vezes visitou o município e esteve em conferências, algumas realizadas no Fórum Municipal Luísa Todí, e disse sempre que iam tratar disto. Quando ele tomou posse fizemos um processo muito bem preparado de todos os terrenos que não têm uso portuário e que deviam passar para a Câmara Municipal, de acordo com aquilo que é o discurso do governo do PSD/CDS-PP, e de acordo com isso entregámos o processo. Até ao último dia de existência daquele governo, o Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, disse que estavam a tratar disso e afinal o processo desapareceu. Pasmem-se! Para que as pessoas saibam, o processo é político-partidário. Este governo também não encontra o processo que também já entregámos. Só falta pôr isto em *outdoors* para as pessoas saberem e porque têm o direito à informação e porque pagam para isso. O processo esteve na Direção Geral de Finanças para avaliação dos lotes, porque têm de fazer contas, e o processo que passou por ali também desapareceu. Isso era só o Sr. Vereador ter conhecimento porque se calhar não sabia, e, portanto, fica mal vir aqui dizer "vamos lá sensibilizar, vamos lá pôr isto para a frente", porque não passa de demagogia, não passa de conversa. Queremos todos o melhor para Setúbal, mas quando têm a "faca e o queijo na mão" nunca podem. Depois, vem alguém fora de tempo, que não sabe o que se passou e diz que "agora sim, queremos unidade, vamos lá lutar pelo que é melhor para Setúbal". Quando estiveram no governo nada fizeram e desapareceu o processo na Direção Geral de Finanças. Quando este governo entrou fizemos outra vez o mesmo processo e também não sabem dele. Este governo vai em dois anos e não sabem disto, mas não há problema porque podemos fazer outro processo, temos cópia. Anteontem tivemos uma reunião e o processo continua a não aparecer. Há a intenção de o governo descentralizar para as câmaras as áreas sem utilização portuária, disse o governo quando fez a sua campanha eleitoral, mas ainda não cumpriu nada. Ainda não aconteceu nada. Colocámos estas questões e é-nos respondido que vão pensar e que têm de fazer contas. A Direção Geral do Tesouro e as Finanças é quem manda nisto e no País. Isto em contrassenso com aquilo que os candidatos dos partidos, que depois normalmente são os primeiros-ministros que afirmam, mas é tudo ao contrário. Depois vem o Ministro das Finanças e diz que quem manda é ele, sendo que não tem avaliadores para os terrenos e enrola aquilo tudo. Continuaremos a fazer as coisas e um dia destes está um *outdoor* na rua, conforme já avisei, porque isto não tem cabimento algum. O partido do Sr. Vereador foi o primeiro a dizer sim, porque é preciso dizer nas televisões e nas conferências, mas depois é sempre não. As relações com a APSS são as melhores e não nos zangámos em relação à Macau Legend, o Sr. Vereador deve estar enganado. Tivemos alguma troca de considerandos, ou divergências, com a Sra. Ministra do Mar, o que é totalmente diferente da APSS. A Sra. Ministra dizia que não tinha recebido e nós dizíamos que sim, e depois consensualizámos a informação. Foi isto que se passou, para repor verdade e justiça, e, portanto, não é para se dizer que agora aqueles é que são maus porque estão agora no governo, nem é o PSD que é bom só porque agora não está lá. Tiveram ambos culpas. Este governo continua em funções e espero que resolva este problema.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Vou ser curto porque a matéria já foi amplamente discutida e todos os partidos já expressaram a sua opinião, até por uma questão de respeito só vou responder a algumas questões colocadas. Sobre a moção ser de A a Z posso pôr números que vai ser igualmente informativa, pelo que vou ter isso em consideração. A moção sublinha e digo que, de facto, até se realizam e podem realizar-se grandes eventos. Se se realizam são da competência da câmara, que é quem tem o reconhecimento. Já disse oralmente do trabalho e do esforço que sei e conheço, não só da parte do município, mas também de Vítor Caldeirinha, que até fez parte da minha comissão de honra e foi uma pessoa que se esforçou muito. Foi um mérito de parte a parte. Isso só me leva a crer que não é possível até sequer

fazer um elogio, ou então não é aceite porque não querem aceitar. Isso é convosco, mas mais grave é que acham que não podemos concordar em nada. Também para isso estão no vosso direito. Assiste-me o direito de vir aqui e transmitir a minha opinião sobre o Município de Setúbal, independentemente do trabalho que está a ser realizado e que sublinho que não está concluído. É importante defender até à última que efetivamente ocorra esta transferência de propriedade. Quanto a tudo o resto, são inúmeras as considerações que se fez bem e se fez mal em cada governo e cada situação. Como disse, e bem, o Sr. Vereador Pedro Pina, sou setubalense e estou cá para quando quiserem falar do PSD. Tenho a obrigação de ter a herança daquilo que o PSD fez de bom e de mau, mas entenda-se uma coisa, que isto é uma câmara municipal e na qualidade de vereador vou continuar a defender aquilo que acho que é melhor para o município, independentemente até de isso os ofender e porque estamos de acordo. Não se sintam ofendidos, parabéns pelo trabalho realizado até agora, da vossa parte. Foi um excelente resultado, e também foi o esforço de Vítor Caldeirinha, e que haja uma boa continuidade com a APSS. Estão convidados a integrar as vossas sugestões nesta moção, para que ela seja formalmente aprovada, caso contrário, manifestem o vosso voto e discordem quando estamos de acordo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – É um pequeno aparte, não para promover a discussão, mas a Sra. Presidente fez um resumo muito sintético daquilo que foi a sua visão do decurso do Setúbal Polis. Esqueceu-se só de um nome a incluir no seu discurso, foi o do Sr. Dr. Demétrio Alves, que foi o responsável por uma parte substancial desse caminho. É óbvio que houve responsáveis do PS e que houve coisas que não correram bem. Foi no decorrer de uma sessão de apresentação do Setúbal Polis que faleceu um camarada e amigo pessoal, que com certeza se lembra, o saudoso Humberto Daniel. Acho que todos aqui presentes ficaram chocados com o falecimento daquela forma, e isso porque se exaltou e a saúde dele não estava boa.

**Sra. Presidente** – Eu não estava presente, mas sim na apresentação da discussão do orçamento que nos tinham chumbado, pois tínhamos maioria relativa na altura. Estava lá apenas o diretor executivo da altura.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – É que na cronologia a Sra. Presidente esqueceu-se deste nome, porque ele é um destacado membro do PCP, e até parece que todo este processo passou ao lado da Câmara Municipal.

**Sra. Presidente** – É que nem sequer a obra estava começada e Demétrio Alves já estava despedido, veja lá a sua sorte. Apenas estive ali meia dúzia de meses e só concluiu aquela primeira obra. E de quem era a obra? Era de Manuel Salgado e de Teresa Almeida.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Exatamente, o Sr. Arq.º Manuel Salgado, é vereador da Câmara Municipal de Lisboa neste momento.

**Sra. Presidente** – Exato, nunca quis saber daquilo e nem sequer veio à inauguração.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Mas não renega a obra, acho eu.

**Sra. Presidente** – Aconteceu uma coisa engraçada, já agora, foi inaugurada uma loja da IPDJ, nas antigas instalações. Foi à inauguração o Sr. Secretário de Estado, Laurentino Alves e este perguntou-me quando é que se acabava a obra. Isto devido a uma grande ventania e porque a terra estava solta. Estava lá a antiga Governadora Civil, a Sra. Arq.ª Teresa Almeida que disse “cuidado que a obra é de Manuel Salgado”. Todos acharam bem então, só porque era dele a obra.

4

Submetida a votação foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 6 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Leu a moção “Pela redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em Setúbal”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

*“Sendo competência da Câmara Municipal de Setúbal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) “elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões”; foi aprovada por esta Câmara, na reunião de dia 06/12/2017 a proposta de Orçamento Municipal para 2018.*

*A proposta de Orçamento, foi aprovada apenas com os votos da CDU, e não prevê uma redução das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a liquidar em 2018;*

*No âmbito da definição da taxa de IMI a aplicar, foi inclusivamente apresentada uma proposta nesse sentido, que foi rejeitada pela maioria dos vereadores desta Câmara, eleitos pela CDU.*

*Essa rejeição, à imagem do que aconteceu no passado, foi justificada com a impossibilidade de tomar essa decisão, por força das disposições do Contrato de Reequilíbrio Financeiro a que o Município de Setúbal está obrigado.*

*Todos os partidos políticos representados nesta Câmara têm vindo a defender, em meios públicos, a redução da taxa de IMI no concelho de Setúbal;*

*Em sede de discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2018, foi votada a possibilidade de redução da taxa de IMI nos municípios que recorreram a um Plano de Apoio Municipal (PAM), desde que essa redução não comprometa o cumprimento desse plano.*

*Daqui decorre a conclusão evidente de que ao Município de Setúbal fica aberta a possibilidade da redução da taxa de IMI, uma vez que os atuais PAM correspondem aos anteriormente designados Contratos de Reequilíbrio Financeiro.*

**Ao exposto em cima acresce a resposta inequívoca do Governo, por ofício do Secretário de Estado das Autarquias Locais, de 4 de dezembro de 2017, dois dias antes da votação em reunião de camara, à comunicação da Assembleia Municipal de Setúbal sobre esta matéria, alvo de deliberação na sequência de uma petição entregue na referida Assembleia.**

**Este ofício determina manter o entendimento expresso pelo governo anterior, por despacho conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado das Autarquias Locais, de 20 de novembro de 2015, que declara a não obrigação de aplicação da taxa máxima de IMI no concelho de Setúbal.**

*Face ao exposto nos pontos anteriores, resulta expressamente a possibilidade da Câmara Municipal de Setúbal rever a sua decisão de aplicação da taxa máxima de IMI a tempo de integrar o Orçamento Municipal para 2018.*

*Assim a Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 20 de dezembro de 2017, delibera:*

- 1. Reconhecer que estão reunidas as condições necessários para fixar livremente a taxa de IMI no Município de Setúbal, cabendo essa decisão apenas aos órgãos autárquicos, não existindo nenhuma limitação, para quem tivesse dúvidas, após o esclarecimento cabal sobre esta matéria quer por via legislativa, quer pela confirmação da validade dos despachos que fixam essa mesma liberdade.*
- 2. Condenar a utilização de meios do Município de Setúbal por qualquer força partidária para divulgação de conteúdos partidários, como se verificou com a impressão de milhares de folhetos e fixação de outdoors pelo Município de Setúbal que expressam apenas a posição da CDU sobre a taxa do IMI.*
- 3. Suspender imediatamente a utilização indevida dos meios do Município de Setúbal, bem como o apuramento dos custos e responsáveis políticos pela respetiva decisão de utilização nos termos expostos no número 2.”*

4

**Sr. Vice-Presidente** – Se a outra moção era uma “casca de banana”, esta é uma “casca de carvalho”, embora tenha sido lida pelo Sr. Vereador Fernando Paulino. É casca de carvalho, porque é grosseira na sua argumentação e conteúdo. É grosseira, porque vem mais uma vez cair num parecer que não é um parecer e que é manter o entendimento expresso pelo governo anterior. Ora era esse o entendimento que gerava todas as dúvidas e indefinições. O seio da argumentação está também em concreto na evocação da norma do Orçamento de Estado para 2018. Estes planos referem-se ao que anteriormente se designava como Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Então não sabem que cada um dos regimes tinha alterações substanciais? As condições à data de 2004, quando foi fixado o Contrato de Reequilíbrio Financeiro no regime das finanças locais e no regime do reequilíbrio das autarquias eram diferentes de todos os regimes sucessivos que se seguiram. Já foi aqui relatado várias vezes e a Sra. Presidente já o explicou que conseguimos alguma renegociação de melhoria de condições no Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Foi por negociação com os bancos, reduzindo-se as taxas de juro. Essa melhoria conseguiu-se. O que não se conseguiu, e foi colocada a questão ao governo, onde estão lá novamente governantes da altura, nomeadamente o Sr. Ministro da Administração Interna, e concluiu-se que não, que o regime da altura era mais desfavorável até que o de 2004. São regimes diferentes. Como é que agora vêm dizer que o atual Plano de Apoio Municipal, que é o único regime completamente tencionado na lei do orçamento de estado para 2018, é igual a todos os outros? Já não era igual a Contribuição Autárquica ao IMI, cujo conteúdo material é exatamente o mesmo. Os senhores diziam que nem se falava em IMI, pois não, mudou de nome. Não é para fazer o contraponto, mas os regimes de reequilíbrio financeiro foram alterando-se sucessivamente e em função das leis de finanças locais que se foram alterando também. Aquilo que se passava em 2004, as condições que havia não eram as mesmas de 2010, ou de 2013. Portanto, parece-me um argumento mais grosseiro. O parecer do Sr. Secretário de Estado não declara a não obrigação da aplicação das taxas de IMI no concelho de Setúbal. É a mesma condição referente ao PAM, de um parecer semelhante, desde que essa redução mantenha o equilíbrio e não comprometa o cumprimento do plano. Ou seja, se tivermos uma redução de 2,5 milhões de euros por abaixamento do IMI temos de arranjar receitas equivalentes. Onde? Em taxas? Em que tipo de receitas é que isso se vai buscar? Nas transferências do Estado não pode ser. Vamos cobrar aos contribuintes esse valor no quê? Em taxas de estacionamento, em tarifas, em quê? Ou então vão reduzir o investimento que já é insuficiente segundo a vossa crítica política. É essa a vossa coerência? Este reconhecimento que na parte deliberativa da moção se pede, de que estão reunidas as condições para se baixar a taxa de IMI, e andam a dizer isso há 6 ou 7 anos. Não acompanhamos de maneira nenhuma esta decisão. A condenação da utilização de meios do município por qualquer força partidária é falsa! Nenhuma força partidária utilizou os meios do município para desmascarar aquilo que são as posições inversas que têm quando podem decidir a nível nacional e quando podem propor alguma coisa a nível autárquico. Votaram contra a possibilidade de baixar o IMI máximo para 0,4% no Orçamento de Estado, e foi proposto pelo PCP, uma das forças da coligação CDU. Aqui quem propõe a taxa de IMI é a Câmara Municipal, é a maioria do executivo, mas aqui os Srs. Vereadores do PSD ou do PS têm posições inversas, contrárias àquelas que têm na Assembleia da República, votando contra a proposta do PCP. É o mesmo que dizer que Setúbal não pertence ao País, querem a redução para todo o lado menos para aqui, culpando o executivo por não estar a taxa nos 0,4%. Isso não é admissível, e quem propôs as deliberações não foi o PCP em Setúbal, foi a maioria executiva do órgão Câmara Municipal que trouxe a proposta. Os senhores votaram contra e nós votámos a favor, mas temos o direito e a obrigação de esclarecer a população. Têm feito campanha consecutiva há muitos anos e quando têm a oportunidade de fazer realmente baixar o IMI até aos 0,4% não o admitiram na votação que fizeram na Assembleia da República. A incoerência é total e completa e tem de ser desmascarada.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Como disse, e bem, o Sr. Vice-Presidente, esta questão já tem bastante tempo. Ela vai sendo adicionada com factos novos que também aparentemente não convencem a maioria CDU no Município de Setúbal. Ora dizem que não ao abrigo da lei que obrigaria até há bem pouco tempo esta alteração legislativa manter-se máxima, ou dizem que foi com a lei com que foi feito o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, mas o despacho conjunto do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e também das Finanças diz que não estamos obrigados à fixação da taxa máxima de IMI.

**Sra. Presidente** – Isso é falso!

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Podem repetir que é falso, mas não me vou enervar por causa disso. De posições divergentes é que são feitas as reuniões. Independentemente das considerações que tenham, peço que me deixem terminar a minha intervenção.

O despacho esclarecia essa questão. Foi eleito um novo governo e os senhores diziam que o despacho do governo do PSD/CDS-PP tinha 15 dias e que não podia valer e que não tinha legitimidade. A pergunta da Assembleia da República confirma ou não? Não havia resposta! Da petição na Assembleia Municipal disseram que não tinham esse entendimento sobre o despacho. Até determinado ponto consigo compreender aquilo que é divergência política e consigo compreender que têm uma interpretação diferente sobre um despacho, independentemente daquilo que são os fundamentos e é a nossa discordância. O que não aceito é a forma como se manifestam perante essa discordância. Já fizeram uns *flyers* com o dinheiro da Câmara. Tinham inclusivamente “escarrapachado” o *outdoor* do PSD. Era um *outdoor* que fazia referência a uma proposta, e a CDU faz milhares de propostas, umas aprovadas na Assembleia da República, mas não esta. Isso é que é a linha que não deve ser atravessada por ninguém numa divergência política. Não devo ser eu a transmitir-vos que não se pode legalmente fazer isso, porque não me cabe, não sou juiz, nem sou Ministério Público e nem sequer advogado. Mas caberá a quem tem a cargo a queixa de transmitir a quem tomou essa decisão. Já agora gostava de saber quem mandou fazer os *flyers* e os *outdoors*, e quem tomou a decisão, nos termos em que pode ainda ser corrigida. Compreendam o seguinte, é ingrato cobrar impostos. Sabemos que a câmara tem de o fazer, como é óbvio, mas a nossa discordância não tem a ver com a cobrança de impostos, mas sim com a forma como isso se concretiza. A despesa nos moldes em que é feita pode ser perfeitamente para a redução do IMI e legalmente essa redução é possível. Acha que é preciso elevar o debate a um nível de agressividade? Então que o façam! Continuem a dar importância à questão, porque garantidamente é bom que não seja esquecida. Continuem a pôr *outdoors*, mas não com o dinheiro dos contribuintes. Debatam e coloquem a vossa oposição nos meios que vos estão disponíveis enquanto membros de um partido ou coligação, nunca através de meios da Câmara Municipal. Essa questão é a mais importante, porque já debatemos o IMI, e não quero debater somente isso. Há um despacho e já sei qual é a vossa posição, a confirmação está feita e divergimos. Agora esta posição que estão a ter é que deve parar imediatamente. Se quiserem insistir isto vai ser decidido, porque a queixa já foi apresentada, e como é evidente vai ser juntado o *outdoor*. Cada um que responda. Já agora gostava de saber quem é que tomou essa decisão para facilitar o trabalho de quem tem de chamar as pessoas às responsabilidades. Quem é que decidiu o *flyer* e quem é que decidiu o *outdoor*? Se estiverem em condições de responder agradeço.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Em relação a esta matéria vou pegar pelo fim da intervenção do Sr. Vereador Nuno Carvalho, entendemos que foi violado o dever de neutralidade e de imparcialidade da Câmara Municipal e houve aqui um claro abuso de poder. Também já noticiámos que iríamos proceder também a uma queixa junto das entidades competentes, e que já seguiu. Há de seguir o seu rumo e então que decidam sobre o assunto. Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Vice-Presidente e acho que o uso de dinheiros da câmara para fazer passar uma mensagem de uma proposta do PCP não é aceitável. Há pouco a Sra. Presidente frisou que era político-partidário, é óbvio, a política é feita pelos partidos e há

4

muitas questões aqui que são político-partidárias. Acho que isso não é novidade para ninguém. Entendo que a forma do *outdoor* não responde ao dever que a câmara está obrigada, de neutralidade e de imparcialidade porque claramente pega na proposta de um partido e publicita-a. Entendemos que foi violado este dever e isto para nós é uma questão de princípio. Vale o que vale o *outdoor* estar na rua e a mensagem que os senhores queriam passar já passou, portanto, agora podem retirar, ou não, mas agora estamos a falar no campo dos princípios a que a câmara está obrigada. Em relação à questão do IMI concretamente, lembro-me que o Partido Socialista não votou favoravelmente na Assembleia Municipal esta proposta que foi votada favoravelmente penso que pela CDU e pelo PSD. Não sei se o Bloco de Esquerda também votou, ou não, mas penso que se absteve. O Partido Socialista sobre esta matéria tem tido já uma posição bastante coerente, entendemos que se pode baixar e que esta decisão do governo veio reforçar ainda mais a posição que temos tido. Era natural que depois de haver esta resposta que viesse a Câmara Municipal apresentar novamente uma moção para que amanhã, na Assembleia Municipal, ainda se poderia ir a tempo de poder baixar a taxa do IMI em Setúbal. É este o nosso objetivo, as posições dos partidos são perfeitamente conhecidas. O PS, independentemente do resultado da votação de hoje e de amanhã continuará a lutar e a defender que é possível baixar esta taxa. Na última reunião de câmara, na discussão que houve com os Srs. Vereadores da CDU, já quase se discutia que era uma opção política, embora não o tivessem assumido. Era um pouco uma opção política em detrimento da redução de receitas ou do aumento de outros impostos. Cada partido deve assumir de forma clara, sendo claro também que a leitura que este governo faz é que não há obrigatoriedade da câmara em aplicar a taxa máxima. Daí ter-se emitido a resposta que se emitiu.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Começaria já por esta insinuação relativamente à minha intervenção na última reunião. Os registos são para o que servem e devemos ser rigorosos nas afirmações. Aqui o que foi referido foi ter-se colocado os constrangimentos legais existentes. Naturalmente que são opções políticas, estamos cá exatamente para isso, para tomar opções do orçamento, decisões de receita e de despesa. De outra forma não estaríamos aqui, portanto, esta posição é necessária, embora não seja a opção política do PCP. Poderíamos falar sobre de opções políticas do PCP sobre impostos, mas não é isso que está aqui em discussão. Há questões que importa clarificar e esta moção ocorre aqui mais uma vez no mesmo, aquilo que foi proposto na última reunião incorre num conjunto de lapsos. Não foi a proposta de orçamento da câmara que definiu a taxa do IMI. A proposta de orçamento que a CDU apresentou e que vai ser discutida na Assembleia Municipal reflete a receita que será cobrada pela câmara relativamente a 2017, não é a do ano de 2018. Isto resultou de uma proposta apresentada relativamente à taxa que em 2017 deveria vigorar e ser cobrada em 2018. Podem fazer as interpretações que quiserem sobre o regime jurídico a que os contratos de reequilíbrio financeiro estavam sujeitos, mas são diferentes das nossas. O Sr. Vice-Presidente já referiu que o enquadramento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro é um e o do PAM é outro. Não podem forçar uma coisa, que em 2017 vigore uma norma jurídica que só tem validade em 2018. Não podem, é um erro crasso, sujeito a ilegalidade e inclusivamente responsabilidade pessoal de cada um dos membros deste executivo em cobrar uma taxa que não está em vigor. Solicito ainda ao PSD que deixe de escrever artigos nos jornais de Setúbal a propor uma taxa de IMI para os prédios rústicos que não tem enquadramento legal. Que as nossas divergências e discussão política se baseiem naquilo que são os constrangimentos legais a que todos estamos sujeitos. Poderiam achar que as taxas deveriam ser outras, mas são aquelas que o IMI nos permite. Invocam um despacho que de tal forma não era claro que o próprio PSD fez aprovar em conjunto com a CDU na Assembleia Municipal uma moção que solicitava esse esclarecimento. Ora o esclarecimento que chegou é que a informação era anterior, é aquela que não era clara. Reconheço que o PS tenha outra interpretação, mas é a que querem e a que dá jeito em cada momento. Já agora e sem qualquer ironia quero expressar aqui que o ponto 2 da proposta de deliberação incorre num erro crasso. É que os *outdoors* que não são partidários, são de informação

municipal, é o posicionamento político de forma explícita que o PCP, o PS e o PSD, assumiram na Assembleia da República, e de forma implícita. Se calhar devíamos ter posto que o Bloco de Esquerda, o Partido Ecologista “Os Verdes” e PAN votaram favoravelmente a redução da taxa máxima do IMI para 0,4%. É pura informação e acrescento que não há qualquer decisão que diga que houve uma posição indevida de meios da câmara. Os senhores estão a fazer a vossa interpretação, mas não a colocam de forma afirmativa, insinuando isto. Já na campanha eleitoral tentaram isto e como sabem a decisão não foi nesse sentido.

**Sr. Vereado Pedro Pina** – Muitas vezes falamos nestas reuniões de memória, a Sra. Presidente tem normalmente o cuidado de relembrar algumas questões que vale a pena. Neste momento também já posso dizer que tenho memória, e há uma coisa que ninguém pode afirmar nesta sala. É que primeiro *outdoor* a que se refere esta moção diz mentiras. Não ouvi nem da parte do Sr. Vereador Nuno Carvalho, nem da parte da bancada do Partido Socialista, dizer que a matéria de conteúdo daqueles autores é falsa. E por isso é importante ter memória. Foi um *outdoor* que tinha a fotografia do Sr. Vereador Nuno Carvalho, à data candidato do Partido Social Democrata, e que dizia: “*Petição aprovada na Assembleia Municipal: Redução do IMI em 2018*”. Isto é que não é verdade, porque a petição que até foi aprovada na Assembleia Municipal não evocava a redução do IMI, pedia esclarecimentos sobre isso. O Sr. Vereador e os seus colaboradores arranjam uma forma de querer divulgar, até porque as acusações que quer o PSD, quer o PS, têm feito não é ao PCP, é a esta câmara. Atribuem responsabilidades a este executivo municipal pela decisão da taxa que aplicou aos municípios. Era só o que faltava estas inverdades e perante aquilo que os senhores continuam a insistir. Aliás, o PSD pelos vistos sente-se satisfeito com a resposta inequívoca do governo, mas então é importante deixar claro se é inequívoca, ou não, porque até há relativamente pouco tempo não era inequívoca e teve necessidade de solicitar mais esclarecimentos. A verdade é que as acusações são dirigidas ao executivo municipal, sempre o foram, portanto, o executivo municipal desta câmara tem o direito de esclarecer os seus municípios das inverdades que os senhores andam a dizer, porque aquilo que dizem não é verdade. Assim, esta câmara tem toda a legitimidade de se defender das inverdades, e sobretudo porque não é comparável. Se há coisas que não dizemos é mentiras. Gostava de ouvir, quer da bancada do Partido Socialista, quer do Sr. Vereador Nuno Carvalho, que são os proponentes desta moção, que digam nesta reunião que é mentira o que está lá escrito. Que digam que votaram a favor. Isto para ficarmos esclarecidos que aquele *outdoor* não diz a verdade aos setubalenses e azeitonenses. Que, afinal, o PSD votou favoravelmente a taxa de 0,4% e o PS fez exatamente a mesma coisa, e para ficarmos clarificados. Agora há uma coisa que não fazemos, não ludibriamos as pessoas com palavras, não dizemos que aprovámos uma coisa na Assembleia Municipal e que afinal corresponde a outra. Isso não fazemos, falamos a verdade independentemente. Já agora, Sr. Vereador Nuno Carvalho, para que fique claro, se não conseguimos convencer ninguém acho que não vale a pena perdermos tempo com isso, mas conseguimos convencer com as nossas propostas o eleitorado setubalense. O Sr. Vereador é que não conseguiu. É um homem de causas, mas também essa capacidade é que tem mais pessoas proponentes às suas posições do que teve de votos. Isso é uma questão que terá de resolver eventualmente nas propostas que apresenta, que também não tem mal nenhum. Agora, a CDU não consegue convencer? Creio que os resultados, que como dizia na moção anterior, que só os sete vereadores do executivo municipal votam, é bastante elucidativa. Portanto, de facto, a CDU com as suas propostas convence, elucida e esclarece. Não está na disponibilidade, no exercício da governação da cidade, de ser confrontada com as inverdades e com a utilização daquilo que é a manipulação e propaganda para tentar ludibriar os municípios.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Às vezes há uma certa mania de reescrever as reuniões de câmara, e quem ouve o Sr. Vereador Paulo Lopes parece que as coisas não são como foram. O Sr. Vereador já explicou o que é que aconteceu, mas continua a ficar por responder,



tendo em conta o parecer existente, quais são as taxas que os Srs. Vereadores consideram que se deviam fazer substituir aos impostos, que nem sequer é possível, e como é que se faz esta compensação. Qual é a vossa resposta? A isso ninguém responde, só dizem que não têm funções executivas e está explicado.

**Sra. Presidente** – Já foi por demais discutida a questão do IMI. As questões a que os partidos da oposição foram confrontados em tempo de eleições e na campanha eleitoral, não conseguiram responder o que é que fariam ou o que vão fazer em relação aos municípios que são da sua área de influência, como Marco de Canavezes ou Mafra. O meu colega de Mafra perguntava-me como é que tratamos o IMI, porque "leva sempre na cabeça" do PCP por causa disso. Aqui levamos do PS e do PSD, por isso estamos pagos! Mas o PSD não é capaz de dizer como é que resolve isto nos seus municípios, não o disse na campanha eleitoral. Para nós, Município de Setúbal, que temos o Contrato de Reequilíbrio Financeiro igualzinho ao de Marco de Canavezes, podemos baixar segundo os Srs. Vereadores, mas nos vossos municípios não o podem fazer. Porquê? Expliquem, digam a verdade! Será que não é no mesmo país? O PSD só tinha causas e uma delas era o IMI, porque de resto não tinha ideias nenhuma para a campanha eleitoral. E continua nisto, não diz aos portugueses e aos setubalenses que propuseram isto para tal município. E agora, há esta abertura, de quem está com o FAM, PAEL ou Contrato de Reequilíbrio Financeiro, pode baixar o IMI se arranjar uma compensação. Digam qual é a medida de compensação para se propor aos setubalenses e dizer-lhes o que propõe o PSD ou o PS. Naturalmente seria a criação de outras taxas para compensar 1 milhão de euros. É fácil fazer a apologia que estamos a gastar dinheiros públicos quando estamos só a informar as pessoas das acusações a que fomos sujeitos durante a campanha eleitoral, e se for preciso fazer folhetos novamente vamos responder por isso na sede em que entenderem. Até já lá fomos! Agora é preciso colocar *outdoors* e já o dissemos ao governo, porque há coisas que estão por resolver há muitos anos e que teimam em não ser resolvidas. Faremos mais alguns *outdoors*, se for caso disso, para denunciar aquilo que está metido na gaveta há muitos e muitos anos. Não vamos deixar passar isto em claro. É mentira que foi o PCP que propôs os 0,4%? Ficam muito chateados e votaram contra, mas aqui têm uma abertura e não a aproveitam, porquê? Digam lá onde é que vamos buscar o dinheiro. Nós damos cumprimento àquilo que é a orientação do Orçamento de Estado, mas não propõem nada! Têm causas, mas tudo junto não dá em nada. Os setubalenses já sufragaram e daqui a 4 anos vão sufragar outra vez e vamos ver o que acontece. É uma vergonha o que aconteceu e continua a acontecer com o governo. Tivemos reuniões com o governo PSD, com o Sr. Secretário de Estado das Finanças, do Tesouro, ou do Orçamento, que se limitou a dizer que concordava com aquilo que uma técnica da DGTF escreveu. Não houve estudo e nem coisa nenhuma, mas disse que concordava. Pedimos um parecer a um grande advogado desta praça, que por acaso é do PSD, e entregámo-lo à Assembleia Municipal, mas isso não vos dava jeito, porque o homem podia estar a trair-vos. Ele só lá escreveu "concordo", e isto foi dois dias antes do governo cair. Mas há outra vergonha, assim que este governo tomou posse dissemos que iríamos ter uma reunião imediatamente para se fazer um estudo e para se pôr preto no branco. Isto já há quase dois anos. O outro governo saiu em novembro e logo em janeiro tivemos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado, Rocha Andrade. Isto é muito complicado, respondeu, disse que lhe importava que o dinheiro entrasse nos cofres do Estado, mas respondemos-lhe que o dinheiro não é do governo, mas sim das câmaras municipais. Foi então que disse que ia pedir um parecer. Até hoje esta vergonha continua. Vá-se lá saber como, mas o Sr. Secretário de Estado pegou no parecer da técnica da DGAL e Inspeção de Finanças do governo anterior, que já nem está lá, e coloca um "concordo". Isto é uma mão invisível. São coisas dos corredores e alguém deve ter dito algo. No dia 28 de novembro foi feita a discussão do Orçamento de Estado na especialidade, nesta matéria. No dia 29 foi votado em plenário esta discussão. No dia a seguir, ou dois dias depois, devem ter saído os *outdoors*, e pasmem-se, no dia 04 de dezembro vem um ofício para a câmara, a dizer que estão de acordo com os outros. O povo de Setúbal deve abrir os olhos. Isto é um estudo sério, honesto e transparente

de alguém para dizer preto no branco se podemos, ou não, baixar? Alguém pediu a alguém para se pôr um concordo em cima do documento do governo anterior. Vou dar isto à comunicação social. Vamos pedir novamente uma reunião a esse Secretário de Estado para lhe dizer tudo isto na cara e para que não venha na comunicação social nacional. Convém ver atas, esclarecer factos, etc., e ligar as pontas. Há aqui algum esclarecimento? Podem baixar, como diz o Orçamento de Estado, se houver compensação numa taxa qualquer que criem. O desrespeito pelo concelho é muito grande, seja qual for o governo, seja PSD ou seja PS. Uns para não terem trabalho e para fazer um favor a alguém até escrevem em cima do trabalho da técnica dos outros. É assim que Setúbal é tratada. Ou o Sr. Secretário de Estado faz um estudo sério ou vou divulgar isto na comunicação social nacional. Em relação à publicação de folhetos e *outdoors* faremos os que forem necessários para informar melhor os setubalenses e vamos responder aonde for necessário para dizer aquilo que nos aprouver.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Foram focadas várias questões, entre elas a da petição e a quantidade de assinaturas *versus* a quantidade de votos. A minha vida não é contar votos, mas contar euros, e se calhar é por isso que talvez me sinta mais habilitado em perceber quanto o IMI pesa. Mas ainda bem que a sua vida é contar votos e que o possa fazer durante muito tempo. No que respeita à situação de Marco de Canaveses, eles saíram do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Pagou-se a dívida, pediram para sair e saíram. Ainda bem que foca esse exemplo num município que só ia terminar isto em 2030. Se calhar o PCP faz lá um trabalho tão bom que até exigiu que o presidente pagasse antes. Com certeza só pode ser essa a razão. Aquilo que foi a nossa pergunta ao governo foi para confirmar na Assembleia da República e o governo confirmou.

**Sra. Presidente** – Não, não confirmou.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Isso é a tal questão do entendimento.

**Sra. Presidente** – A pergunta que fizeram na Assembleia da República não tem nada a ver com isto. Era bom que fosse sério.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Não sei a que tipo de trato está habituada, mas sou uma pessoa séria e tenho a minha opinião. Tomo a Sra. Presidente como uma pessoa séria e com certeza que também me toma assim, mas tenho o direito a divergir.

**Sra. Presidente** – Não foi neste documento.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Na Assembleia da República pedimos que confirmassem o parecer. No meu entendimento está confirmado, e, portanto, há condições para reduzir o IMI. Na Assembleia Municipal colocava-se a recomendação ao executivo que viesse tomar posse para reduzir o IMI caso existisse o esclarecimento cabal do governo. Foi recomendado nestes termos e tendo em conta os termos da petição. Para mim o esclarecimento cabal está dado, mas acham que não. É um entendimento, mas era isso que está no documento. Se continuamos assim só gastamos o dinheiro das pessoas e aumenta-se o furacão de despesa que há na Câmara Municipal e que varre a receita toda, incluindo-se esses *outdoors* e *flyers*, e gastando-se o dinheiro dos contribuintes.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Respondo à Sra. Vereadora Carla Guerreiro sobre onde é que o PS ia cortar ou aumentar para compensar, que se então a proposta do PCP para baixar o IMI para 0,4% fosse aprovada os senhores face ao orçamento também tinham de ir cortar na despesa prevista, ou arranjar outra fonte de receita para compensar. Portanto, essa questão não se coloca nestes moldes exatamente. É uma não-questão, porque se fosse aprovada a proposta do PCP a câmara tinha de se adaptar à nova realidade. Isto é claro que nem água. Quanto à questão da moção subscrevo a intenção da Sra. Presidente, porque se alguém

coagiu algum secretário de Estado a assinar o que quer que seja é bom que esse facto se saiba. Isto porque já não é a primeira vez que a Sra. Presidente lança suspeitas sobre a intervenção, nomeadamente de governantes, ou ex-governantes do PS em ação em Setúbal. Ainda há pouco disse que são todos maus para Setúbal. Felizmente nunca vamos ter um governo do Partido Comunista, mas se calhar seria péssimo para Setúbal, basta ver o que se passa na AutoEuropa. Essas insinuações não podem cair em saco roto. Esse clima de suspeição que a Sra. Presidente está permanentemente a colocar em cima dos governantes que tenha depois alguma atitude em concreto, porque são coisas tão graves que têm de ser desmascaradas. Mas a não ser verdade a Sra. Presidente também tem de assumir que não está a ser correta. Isto no mínimo, e para ser elegante.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – O Sr. Vereador Paulo Lopes tem o dom de simplificar aquilo que não consegue ser simplificado. Quando no outro ano a taxa de IMI baixou de 0,5% para 0,45%, o Município de Setúbal teve de fazer os ajustes que teve de fazer, portanto, se agora baixasse para 0,4% também o faria. A questão não é essa, mas sim que perante os 0,45% e a hipótese de que se a legislação não alterar teremos de cumprir a taxa máxima. Somos obrigados a ter medidas de compensação e são essas medidas que o Sr. Vereador não diz, porque não as tem. Isto assim parece gestão de mercearia.

**Sr. Vice-Presidente** – Sobre a diferença de decisões em Marco de Canavezes e em Setúbal diz o Sr. Vereador que Canavezes já pagou as suas contas. Gostava de saber quando. Se foi no final, no início, ou antes de 2017? Se foi, então manteve a taxa máxima de IMI após essa regularização. A opção política que nos querem atirar para cima é a que o PSD faz nos seus municípios.

Quanto ao Sr. Vereador Paulo Lopes, com toda a franqueza não percebeu o essencial sobre a nossa posição sobre o IMI. O essencial é que respeitamos a lei e queremos fazê-lo num Estado de direito democrático. Se a lei nos desagrada, como é o caso, e sempre o dissemos, cumprimos na mesma. Não inventamos subterfúgios e nem fazemos interpretações extensivas, a intervenção deve ser literal pelo que lá está dito. O que é que fazíamos se o máximo fosse 0,4%? Cumpríamos a lei, tal como a cumprimos agora.

Submetida a votação foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 6 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

**Sra. Presidente** – De 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017, deslocou-se a Moçambique uma delegação da Câmara Municipal de Setúbal, composta por mim, pelo Engenheiro António Lopes Ferreira e pela Doutora Susana Ullrich.

A visita teve como objetivos, visitas ao Município de Quelimane, para proceder à inauguração de poços para a captação de água potável e análise de outros projetos de cooperação, ao Município de Pemba, para visita à Casa da Baía de Pemba e reunião com entidades ligadas à área do turismo e a Maputo para reunião com a Portucel Moçambique

No ano passado, a convite do Sr. Presidente do Conselho Municipal, uma delegação de Setúbal deslocou-se à cidade de Quelimane para conhecer a realidade local e perceber de que forma se poderia redinamizar e intensificar o acordo de geminação celebrado em 2000.

Foi abordada a grande necessidade de construção de poços para a captação de água potável nos bairros periféricos da cidade, uma vez que a distância a percorrer pelas populações para obtenção de água é muito grande, o que contribui para a assustadora taxa de 62% de abandono escolar.

Face a esta realidade, a Câmara Municipal de Setúbal lançou uma campanha de angariação de fundos para a construção de poços de captação de água potável, de forma a mitigar este gravíssimo problema.

Até à data da visita foi possível angariar fundos para a construção de 15 poços, dos quais 5 foram inaugurados durante a nossa estadia em Quelimane. As empresas que se associaram a esta causa foram a Mobilift Portugal, VSObras24H Lda, Herdade de Algeruz Empreendimentos Turísticos Lda, Squareview e a Reformosa.

A construção dos poços está a ser feita por uma empresa portuguesa que atua em Moçambique, observando todos os critérios de qualidade necessários, dando assim garantia de uma correta execução das obras.

Foi notável o impacto que esta iniciativa teve junto das populações nos bairros periféricos de Quelimane, que receberam a delegação com enorme entusiasmo e gratidão.

Acompanhou-nos na deslocação a Quelimane o Sr. Álvaro Oliveira, setubalense que viveu e trabalhou 11 anos nessa cidade. O desenvolvimento deste projeto contou com o seu valioso contributo, tendo de forma graciosa aconselhado e agilizado todo o processo de construção dos poços.

Durante a nossa estadia deslocámo-nos ainda a alguns Postos Administrativos para visitar escolas e bibliotecas.

A delegação foi posteriormente recebida no Conselho Municipal, onde foi discutida a continuidade do projeto. Atendendo à disponibilidade manifestada pelos nossos mecenas vai ser possível alargar a nossa intervenção a outras áreas como por exemplo: envio de livros para apetrechamento das bibliotecas, material escolar, vestuário e calçado; construção de uma escola primária etc.

Recebi das mãos do Presidente do Conselho Municipal as chaves da cidade, um galardão municipal destinado a distinguir personalidades que, pelo seu prestígio e pela sua ação, tenham apoiado esta região moçambicana.

Reunimos com o Governador da Província da Zambézia, Abdul Razak Noormahomed, antigo Vice-Ministro da Saúde e antigo Governador das províncias de Cabo Delgado e de Nampula, que nos deu uma panorâmica geral da situação na província. A Zambézia é a província com o maior número de municípios e tem 5 milhões de habitantes, em que 45% da população é jovem, tendo-se já alcançado uma percentagem de 85% na vacinação de crianças.

Existe, de facto, uma grande carência de água potável. A taxa de cobertura é de 49%, mas poderá chegar aos 53% este ano. Um dos principais problemas apontados foi o crescimento da população, sendo um dos objetivos do governo promover o espaçamento entre as gravidezes.

O Governador realçou a importância de haver intercâmbio empresarial, tendo destacada a presença de dois grandes investidores portugueses, nomeadamente a Portucel e a Mota Engil que fazem parte do consórcio que irá construir 690km de ferrovia entre Tete e Maputo e um porto de águas profundas de 120m em Quelimane. Este investimento tem um valor previsto de 7.000 milhões de dólares, devendo estar envolvidos 20.000 trabalhadores na fase inicial. Há, no entanto, uma grande necessidade de operários qualificados, sendo a formação uma necessidade fundamental.

Realizaram-se ainda quatro visitas de trabalho, a primeira das quais a uma empresa que se dedica à transformação da madeira de coqueiros para móveis.

As outras visitas foram efetuadas ao Hospital Provincial da Zambézia, inaugurado no ano passado, que constitui uma infraestrutura muito importante para aquela região, e à Clínica Boa Esperança.

Por último, visitámos a empresa Incala, de reciclagem e produção de utensílios de plástico e constatámos com agrado que foram tidas em boa conta e implementadas as sugestões deixadas por mim no ano passado, que resultaram numa melhoria significativa das condições de trabalho dos operários e no aumento da produtividade.

Tivemos a oportunidade de reunir com o Conselho Empresarial Provincial da Zambézia, que faz parte da Confederação das Associações Económicas de Moçambique.

Fomos informados da intenção do governo de construir uma ferrovia de cerca de 700km e um porto marítimo. Foi abordada a possibilidade da deslocação a Setúbal de uma missão empresarial à Zambézia para negociar com as empresas locais eventuais parcerias para a participação na construção desta super infraestrutura.

Pedi-lhes que me fossem enviados os dados e toda a informação adicional necessária para apoiar o Conselho na procura de parceiros.

Em Pemba, reuni com o Presidente do Conselho Municipal de Pemba, Dr. Tagir Carimo, a quem entreguei, na qualidade de Presidente do Clube das Mais Belas Baías do Mundo, a bandeira da associação. Lancei o apelo para que a baía de Pemba estivesse representada no próximo congresso mundial do clube que terá lugar em Vannes em abril do próximo ano. Solicitei o envio regular de informações sobre as atividades e iniciativas realizadas, para divulgação no site do Clube, podendo desta forma a baía de Pemba ganhar mais visibilidade e aumentar o fluxo de turistas.

Pedi ainda o envio de fotografias para o livro que o Clube vai editar por ocasião do seu 20.º aniversário.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal deu conhecimento da aprovação de um projeto de sensibilização e recuperação ambiental no valor de 900.000€.

Também informou que foi recentemente assinado o Pacto dos Autarcas da Orla Costeira de Cabo Delgado.

Tivemos ainda a oportunidade de reunir com a Diretora e Subdiretora do Turismo da Província de Cabo Delgado, tendo sido discutida a importância da promoção turística de Pemba e o apoio que o Clube das Mais Belas Baías do Mundo poderá dar nesta matéria.

Em Pemba foram ainda realizadas reuniões com o Vereador do Turismo, e a Chefe da Divisão de Atividades Económicas na Casa da Baía de Pemba, onde nos foi dado conhecimento da utilização do espaço e das atividades promovidas. O edifício alberga não só a Casa da Baía como também outros projetos. Exemplos disso são a Oficina de Arte e o projeto "Educação e Serviços Sociais de Qualidade para Crianças em Ambiente Urbano", mas o equipamento depende dos fundos dos parceiros que desenvolvem os projetos.

Pedi-lhes para apelarem à participação nos dois projetos que o Clube lançou recentemente: a composição de um hino e uma bolsa de estudo para um projeto sobre educação ambiental.

Foram abordados vários projetos que estão a ser promovidos para melhorar a imagem da baía, nomeadamente no que diz respeito à reflorestação e à sua preservação ambiental. Estão a ser dinamizados cursos de formação nestas áreas.

Tem havido uma grande preocupação em envolver os jovens no trabalho desenvolvido na Casa da Baía. A título de exemplo, estão a ser formados jovens guias turísticos nos bairros e estão a ser realizados cursos de troca de experiência que envolvem artistas e os Serviços de Educação.

Foi ainda efetuada uma visita ao Centro Cultural Tambo Tambulani e às principais infraestruturas logísticas de Pemba.

Em Maputo, a delegação foi recebida pela administração da Portucel Moçambique, João Paulo Lé, Presidente da Comissão Executiva e Paulo Silva, Administrador Executivo, que apresentaram numa reunião de trabalho o projeto de florestação integrado e o programa de desenvolvimento social que a Portucel está a desenvolver nas províncias da Zambézia e Manica. A empresa detém nestas duas províncias o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) por 50 anos, num total de 356 mil hectares nos quais vivem cerca de 25.000 famílias. Após a instalação da base florestal, é objetivo da Portucel Moçambique construir uma fábrica para o processamento de eucalipto em pasta de papel, beneficiando a balança comercial do país e contribuindo para o seu desenvolvimento industrial e agrícola.

Até à data, a empresa já investiu no projeto 100 milhões de dólares, conta com 184 colaboradores e já plantou uma área de 11,5 mil hectares.

A Portucel Moçambique tem mantido um diálogo constante com as comunidades nas suas zonas de DUAT, tendo interagido, durante a consulta pública para o Estudo de Impacto Ambiental, com mais de 15.000 pessoas. Na implantação do projeto foi dada total prioridade à contratação de mão-de-obra local.

Para além do projeto florestal, a Portucel Moçambique tem um Programa de Desenvolvimento Social, no qual já investiu 5 milhões de dólares e prevê a inclusão dos líderes tradicionais e das populações no projeto através do diálogo e da partilha de informação constante e atualizada com as comunidades e parceiros. Inclui também um programa de sensibilização

ambiental (problema do corte de mangal), bem como investimentos nas áreas da saúde, educação e infraestruturas sociais.

Fomos informados que a construção da fábrica, prevista para 2021/2023, vai ter de ser adiada devido a todos os condicionalismos encontrados no terreno. Foi também realçada a importância da existência de infraestruturas logísticas para o sucesso do projeto, nomeadamente a construção do porto em Quelimane e a linha férrea de Tete para Maputo.

Nesta primeira fase, a Portucel aposta nas experiências sociais e ambientais.

Em Maputo também reunimos com o antigo deputado municipal Dr. José Miguel Dias Pereira, que exerce atualmente a sua atividade profissional em Moçambique onde fundou a SIM – Starting in Moçambique, uma empresa de consultoria, e que se disponibilizou para ser um agente facilitador nos futuros projetos de intercâmbio empresarial e social a desenvolver entre Moçambique e Setúbal.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Deliberação n.º 106A/17 – Proposta n.º 31A/2017 – GAP – Aceitação de doações para a construção de poços para a captação de água potável em Quelimane/Moçambique.**
  - 2. Deliberação n.º 107A/17 – Proposta n.º 20A/2017 – DAFRH – Adjudicação do procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo – 2018.**
  - 3. Deliberação n.º 108A/17 – Proposta n.º 05A/2017 – DOM – Empreitada “Requalificação da Envolvente do Convento de Jesus” – Concurso Público - Adjudicação.**
  - 4. Deliberação n.º 109A/17 – Proposta n.º 30A/2017 – DCED – Definição de preço de venda de livro ao público.**
  - 5. Deliberação n.º 110A/17 – Proposta n.º 31A/2017 – DCED/SMBM – Doação de bens documentais ao Município.**
  - 6. Deliberação n.º 111A/17 – Proposta n.º 32A/2017 – DCED/DIDES – Isenção de Taxas em Equipamentos Desportivos Municipais – Época 2017-2018.**
- C) Período Destinado à Intervenção do Público**
  - 1. Deliberação n.º 106A/17 – Proposta n.º 31A/2017 – GAP – Aceitação de doações para a construção de poços para a captação de água potável em Quelimane/Moçambique**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

- 2. Deliberação n.º 107A/17 – Proposta n.º 20A/2017 – DAFRH – Adjudicação do procedimento de contratação de empréstimo de curto prazo – 2018**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 a 14, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta,

com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

3. **Deliberação n.º 108A/17 – Proposta n.º 05A/2017 – DOM – Empreitada “Requalificação da Envolvente do Convento de Jesus” – Concurso Público – Adjudicação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16.

**Sra. Presidente** – A proposta tem a ver com arquitetura paisagística, esculturas, instalações, equipamentos hidráulicos, infraestruturas elétricas e iluminação, preservação e restauro do cruzeiro, arqueologia, requalificação do estacionamento da zona norte e poente do Convento de Jesus, ou seja, aquela parte de trás, e também com a praça do convento que vai ser toda levantada e transformada em jardim, em todo o redor. Estamos com problemas com a Santa Casa da Misericórdia em relação a um espaço que confina com o estacionamento que vamos fazer na parte de trás, e, portanto, vamos ver o que é que acontece em relação ao espaço que é da Santa Casa e que para já não se não se vislumbra que vá ser tratado na mesma altura deste, o que é muito mau. Vamos rever isto tudo e aquilo não pode ficar em terra batida porque fica o sol na língua. Propusemos fazer tudo, mesmo não sendo nosso, e isto não pode assentar na teimosia uma pessoa. O que está em causa é o município e vamos ver o que acontece. Daremos depois notícias do que vamos fazer. Para já estamos a pensar nisto. A obra que é nossa vai já arrancar e aquela língua de lama não pode ficar ali se a Santa Casa não fizer nada.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

4. **Deliberação n.º 109A/17 – Proposta n.º 30A/2017 – DCED – Definição de preço de venda de livro ao público**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 110A/17 – Proposta n.º 31A/2017 – DCED/SMBM – Doação de bens documentais ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 111A/17 – Proposta n.º 32A/2017 – DCED/DIDES – Isenção de Taxas em Equipamentos Desportivos Municipais – Época 2017-2018**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19.



L

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Sem prejuízo da proposta faria um introito que é bastante visível naquilo que é a taxa de ocupação dos nossos equipamentos municipais, tratando-se quer dos nossos pavilhões, ou das nossas piscinas, e que evidenciam duas questões muito relevantes. Primeiro, a grande e numerosa taxa de ocupação e a rentabilização que é feita dos equipamentos municipais. Quando se fala em boa gestão municipal é também disto que estamos a falar, dos equipamentos e do bem público. É bastante evidente a grelha que aqui se apresenta. Há uma grande diversidade de instituições que utilizam os equipamentos municipais, das mais diferentes áreas aos mais diferentes territórios e às mais diferentes modalidades. Não deixa de ser relevante a isenção das taxas a estas instituições que não deixam de representar um volume e um valor significativo. Em nome daquilo que é a estratégia e o olhar no desenvolvimento da política desportiva do município abdicamos para aquilo que é o desenvolvimento da prática desportiva das diferentes modalidades e das diferentes coletividades e instituições.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

#### **B) Período destinado à intervenção do público**

**Sra. Raquel Seca** – Há seis meses que ando à espera da atribuição de uma casa e até agora nada aconteceu. De momento estou na rua com os meus filhos, ou em casa de familiares e todos estamos separados. Queria estar perto deles e não posso. Há pessoas que pediram casa há pouco tempo e já as têm.

**Sra. Presidente** – Mas se não temos casas não podemos resolver nada. Não está aqui o Sr. Vereador da Habitação, mas com certeza que houve outras prioridades, por isso não lhe posso responder agora. Como não pode estar separada dos seus filhos a Segurança Social terá de responder a isto. É obrigada a resolver o problema. A câmara não pode fazer nada, mas a Segurança Social pode pagar-lhe uma casa. Isso está previsto na lei.

**Sra. Raquel Seca** – Nesta situação a Segurança Social quer tirar-me os filhos.

**Sra. Presidente** – Nesse caso o Sr. Vereador Pedro Pina, com uma técnica da Inclusão Social dar-lhe-á apoio em relação a isto. É pena não termos casas, sendo que há pessoas à espera há anos e também há outras situações igualmente muito urgentes.

**Sra. Maria Marcolina Oliveira** – Tenho reclamações a fazer. Quando recebi a primeira carta do loteamento para venda dos terrenos fui falar com a Sra. Isabel Reis. Havia um lote nas traseiras que fazia a passagem para a casa do meu filho, porque aquilo é um beco e sem mais acesso nenhum devido às ações ao dono do lote 65.

**Sra. Presidente** – Temos de ver isso no projeto. Ainda ontem estive a despachar isso no Urbanismo e ficou agendada uma reunião para o dia 3, depois informamos a hora. De momento não temos o processo para ver isto e não é agora que isto se vai resolver. Esse senhor terá de tirar aquilo tudo.

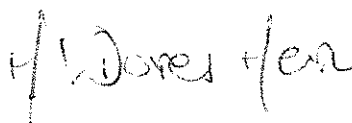
**Augusto Cruz** – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 10 de janeiro de 2018, por unanimidade, contém 24 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes

Ata elaborada por:  
Manuel Cordeiro

Conferida por:  
Ana Cristina Claro